

A CONTRIBUIÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Autor: Eletrissandra Rodrigues Reis

*Escola Municipal São Romão
sandra.icapui@yahoo.com.br*

Co-autor: Luziete Marques da Costa Maia

*Escola Municipal São Romão
luzietemarques@bol.com.br*

Co-autor: Kelle Jaciane da Silva Fernandes

*Escola Municipal São Romão
kellejaciani_silva@hotmail.com*

Co-autor: Janaina Kenia Bezerra Montenegro

*Escola Municipal São Romão
janainakenia.montenegro@hotmail.com*

Orientadora: Mônica Rafaela de Almeida, Prof^ª, Me.

*Universidade Federal Rural do Semi-Árido
monica.almeida@ufersa.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) na rede regular de ensino tem sido um tema muito discutido no meio educacional, por autores como Mantoan, que destaca que o principal objetivo da “inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora de aprendizagem” (MANTOAN, 2006, p.40).

A discussão sobre inclusão no Brasil foi iniciada com o advento da Declaração de Salamanca (1994) - documento considerado marco do movimento mundial pela inclusão. Nas várias reformas educacionais, ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o tema das necessidades educativas específicas esteve presente, com a referência comum da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com os apoios especializados necessários. Com a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade na educação brasileira.

A partir de 2008, visualiza-se uma nova política de Educação Especial, que tem sua implantação definida pelo Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional

Especializado (AEE). A legislação é explícita quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças e muitas escolas têm tentado adequar suas ações, buscando atender a esses alunos com necessidades específicas.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão desses alunos é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional para que todos, independentemente de suas necessidades, tenham uma educação de qualidade e que a inclusão vai depender da capacidade de lidar com a diversidade e as diferenças.

É um grande desafio fazer com que a inclusão ocorra, garantindo o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com Necessidades Educacionais Específicas, principalmente dos estudantes com deficiência intelectual, que desafiam a escola comum, porque tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola muitas vezes preconiza (ALMEIDA, 2015).

Nesse sentido, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve ser realizado nas escolas comuns, no contexto de um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) caracterizado por uma diversidade de recursos didáticos e pedagógicos que permitam ao aluno ter contato com variadas possibilidades de construção de saberes, sendo que essas atividades diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.

O trabalho do professor do AEE é ajudar o estudante com deficiência a atuar no ambiente escolar e fora dele, considerando as suas especificidades e promovendo sua autonomia intelectual. No AEE, o aluno constrói conhecimento para si mesmo, o que é fundamental para alcançar o conhecimento acadêmico, sendo importante salientar que, o AEE não é ensino particular, nem reforço escolar. Neste sentido, Alves (2006) afirma que:

O Atendimento Educacional Especializado, não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos (p.15).

Nessa perspectiva, o objetivo geral desse trabalho foi analisar a concepção de professores da rede regular de ensino sobre a contribuição da Sala de Recursos Multifuncionais, no processo de inclusão do estudante com deficiência intelectual no ensino regular. Especificamente, procurou-se identificar e avaliar as dificuldades e potencialidades do desenvolvimento e aprendizagem desses estudantes, bem como, qual a concepção dos professores sobre esse processo de inclusão.

2. METODOLOGIA

O estudo fez uso metodológico da pesquisa descritiva, exploratória (Gil, 2002), com abordagem qualitativa. A opção pelo uso da abordagem qualitativa dá-se na medida em que responde a questões muito particulares, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, buscando uma compreensão particular daquilo que se estuda, não se preocupando com generalizações, princípios e leis, focando a atenção no específico, peculiar e o individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos que estuda (MINAYO, 2008)

A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino fundamental, anos iniciais, localizada na zona rural do semiárido potiguar. E essa escolha se dá pelo fato de uma das pesquisadoras trabalhar na referida escola, como professora de uma Sala de Recursos Multifuncionais, realizando o AEE, sendo o público principal constituído por alunos com deficiência intelectual.

Para operacionalizar a pesquisa de campo, inicialmente entrou-se em contato com três professoras que lecionam nas séries iniciais do ensino fundamental dessa escola e que tem alunos com deficiência intelectual, apresentou-se a proposta de pesquisa e solicitou-se a participação destas no trabalho. Para caracterização das participantes, foi definido os seguintes códigos: P1, P2 e P3, com vistas à garantia do anonimato e a proteção dos sujeitos.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário semi-estruturado, buscando apreender a experiência do professor que recebe alunos com Necessidades Educacionais Específicas, em sua sala de aula. O material empírico foi agrupado e analisado por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temática proposta por Minayo (2008).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado, constatou-se que os professores apresentaram muitas dificuldades com a realização do trabalho com alunos com Necessidades Educacionais Específicas.

Quando indagou-se sobre as dificuldades que podem ser encontradas para que ocorra a inclusão do estudante com deficiência intelectual na escola regular, o que acham que pode ser feito para melhorar esse processo e o que está faltando para que a inclusão seja de forma efetiva e com qualidade, foi citado como pontos principais: dificuldade em ensinar; falta de formação continuada do professor, de infraestrutura e recursos materiais; a dificuldade em planejar; o não conhecimento em relação às Necessidades Educacionais Específicas, entre outros, conforme se observa nos relatos a seguir:

“Dificuldades: abertura para a inclusão, falta de formação continuada, apoio na sala de aula (assistente) e apoio pedagógico, diálogo/parceria com a família e apoio multidisciplinar, falta de planejamento.” (P1).

“Encontramos ausência de recursos materiais e até mesmo de profissionais capacitados para lidar com esses estudantes.”. (P2).

“As maiores dificuldades que encontro é de não conhecer bem quais as necessidades educacionais desses alunos, pois a maioria nem tem diagnóstico, e nós não recebemos nenhuma formação para atendê-los. Isso dificulta nosso planejamento. Então, deveria ser feito mais cursos nessa área, para que nós, professores, pudéssemos estar melhor preparados.” (P3).

A partir desses relatos, observou-se que há um interesse dos professores em buscar conhecimentos sobre as deficiências e, conseqüentemente, atuar de forma favorável no processo de aprendizagem dos alunos com NEE, embora deixem explícito que não se sentem preparados, sugerindo cursos de formação específica e capacitação; reorganização da escola, tanto no aspecto físico e material, quanto na preparação de todos os funcionários envolvidos. Tais relatos concordam com as afirmações de Mantoan (2003), quando afirma que “o argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho” (p.42).

Quanto à inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas no ensino regular e como avaliam essa inclusão, todas destacaram que o processo de inclusão ainda enfrenta muitas barreiras, e tem muitos caminhos a serem percorridos no cotidiano das escolas, conforme pode ser observado nas falas a seguir:

“faz-se necessário que os professores, juntamente com a comunidade escolar, encontrem meios para construir um ensino voltado á diversidade, aonde todos os alunos, independentes de suas deficiências tenham direitos a uma educação igualitária e favorável”. (P3).

“Ainda há um longo caminho a ser percorrido, até chegarmos a inclusão de fato... Estas crianças, em sua maioria estão inseridas, mas não estão incluídas... não recebem atenção e atendimento adequado as suas necessidades”. (P2)

Com relação à importância da Sala de Recursos Multifuncionais, todos os professores entrevistados consideram a sua importância, pois entendem que a mesma apresenta grandes contribuições para o desenvolvimento do aluno com NEE, como se observa nos depoimentos abaixo:

“Considero a SRM importante e acho que cada escola deveria ter uma e desenvolver o atendimento com o aluno de forma pensada e planejada. O professor da SRM pode auxiliar através do diálogo, pesquisa e orientação ao professor da sala comum, através de formação para sensibilizar o processo de inclusão e através de parceria com a família”. (P1).

“A SRM é de grande relevância, pois proporciona um espaço facilitador e acolhedor para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes... é também norteadora do trabalho dos professores que, em sua maioria, apresentam dificuldades em trabalhar com essas deficiências”. (P2).

“A SRM serve de apoio ao trabalho do professor da sala comum. É um local onde o estudante busca desenvolver-se, através de aulas dinâmicas e criativas, que favoreçam sua aprendizagem.”. (P3).

Assim, a Sala de Recursos Multifuncionais pode possibilitar ao estudante com deficiência a oportunidade de se desenvolver de forma favorável, adaptando-se às interações sociais e a aprendizagem por meio da cooperação, na qual o professor é um mediador que proporciona oportunidades de aprendizagens. A verdadeira educação, segundo Vygotsky (2003), consiste em despertar na criança aquilo que ela já possui dentro de si, ajudando-a a evoluir e a orientar o seu desenvolvimento em uma determinada direção. “Não uma direção de mão única, mas que contemple possibilidades de construção, desconstrução e reconstrução, tal como ocorre na arte, mas sempre em interação social” (Vygotsky, 2003, p. 201).

4. CONCLUSÃO

Considerando que a natureza pedagógica atribuída à Sala de Recursos Multifuncionais, é a de complementar o atendimento educacional realizado em classes regulares, o trabalho pedagógico nesta sala, só tem sentido se o professor do ano que o aluno se encontra continuar na sala regular.

Os resultados ressaltam a contribuição e a importância da sala de recursos no processo inclusivo. Contudo, comprova-se que o trabalho, nela desenvolvido, não deve e não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos curriculares da classe regular. Ela deve ser um espaço de desafio no qual o aluno com deficiência, encontra condições necessárias para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, com vistas à superação de seu próprio limite, em busca da verdadeira inclusão, que ainda representa um desafio para toda comunidade escolar.

Apesar do relato dos professores em não se sentirem preparados para esse atendimento às crianças com NEE, observa-se que é preciso ter sensibilidade, olhar não para a deficiência, e sim para a criança, apontando que as necessidades do aluno só serão compreendidas a partir do convívio com ele, e lembrando que o desenvolvimento de técnicas pedagógicas, métodos e recursos, podem surgir no cotidiano do atendimento.

Inclusão não significa, simplesmente, matricular os alunos com NEE na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. Assim, para mudar a escola é preciso recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico, pois estas são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções (MANTOAN, 2006).

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mônica Rafaela de. **Deficiência intelectual e o Atendimento Educacional Especializado**. Caderno Didático do Curso de Atendimento Educacional Especializado. NEAD, UFERSA: EDUFERSA, 2015.

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Lei 9394 de 23 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Resolução 02/2001. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria da Educação Especial. Brasília, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª ed. – São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E., M. T. E. PRIETO, R. G. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MINAYO, C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 11ª ed. 2008.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.